

O dilema da inovação: quando negociar é mais difícil que inventar

Na disputa por patentes estão gigantes como ITA, PUC, Embraer e Petrobras

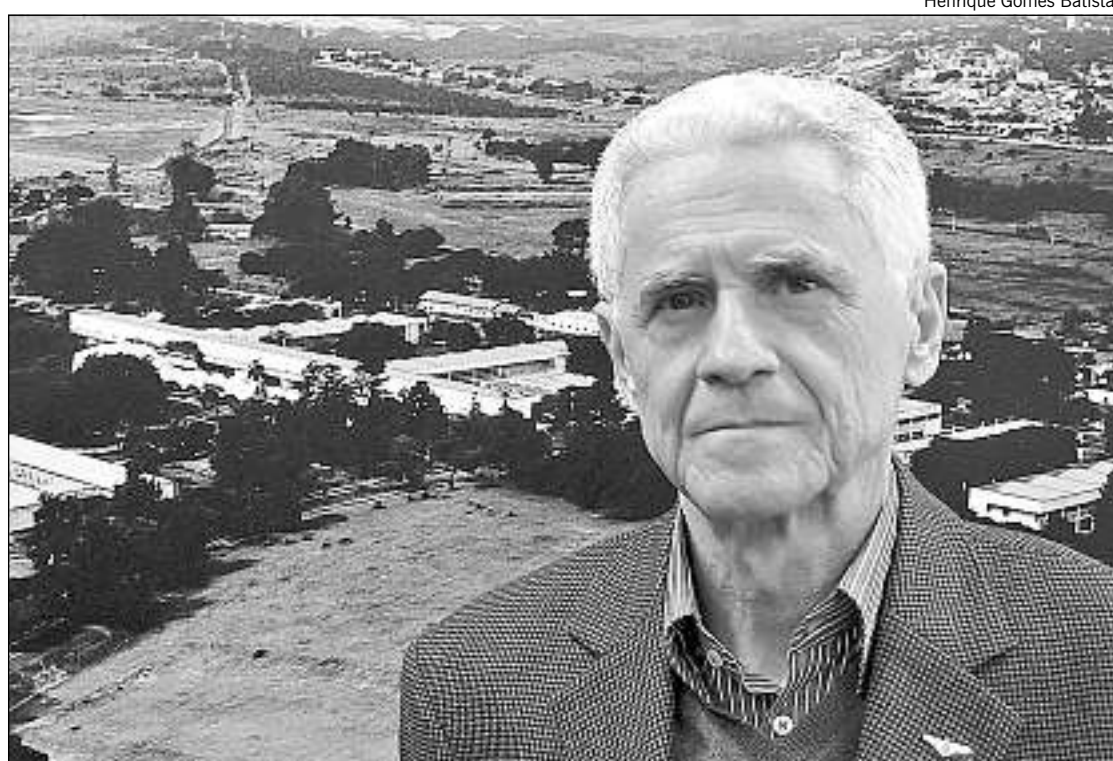
Henrique Gomes Batista

Henrique Gomes Batista

henrique.batista@oglobo.com.br

Paulo Justus

paulo.justus@sp.oglobo.com.br



REITOR DO ITA, Reginaldo dos Santos, diz que, com mais parcerias, os conflitos de interesses tendem a aumentar

Editoria de Arte

MÍRIAM LEITÃO

PANORAMA ECONÔMICO

Noivas em fuga

• O machismo virou problema econômico. Sempre foi uma trava no progresso, mas agora ganhou até capa de revista econômica pelos dilemas que está criando na sociedade asiática, que tem sido a mais refratária aos avanços. As mulheres asiáticas, que estão no mercado de trabalho e trabalham dez vezes mais em casa que seus maridos, estão fugindo do casamento e não tendo filhos.

Com maior ou menor intensidade, é mundial a ideia de que o trabalho em casa e os cuidados com os filhos é obrigação da mulher. O homem — quando quer — “ajuda”. Se no Ocidente isso está mudando, no mundo oriental o problema é pior e produziu equações difíceis de serem resolvidas do ponto de vista econômico e social.

A “Economist” tratou disso na semana passada: o movimento das asiáticas de fuga do casamento representa uma queda mais rápida da população, que pode representar envelhecimento ainda mais rápido, criando dificuldades maiores ao sistema previdenciário.

Um terço das mulheres nos seus trinta e poucos anos na Ásia não se casaram; e no Japão 21% delas encerraram o período reprodutivo sem se casar. Em Tóquio, a taxa chegou a 30%. Em Cingapura, 27% das mulheres com curso superior entre 40 e 44 anos não se casaram. Essas taxas estão subindo também na Tailândia, Coreia e até na China, entre mulheres mais escolarizadas e com renda maior. Lá, há muito preconceito contra nascimentos fora do casamento, porque a Ásia não passou pela revolução de costumes que houve no Ocidente. Por isso, não casar significa não ter filhos.

No Ocidente, é alta a taxa de crianças nascidas fora do casamento tradicional. Na Suécia, 55% das crianças nascidas em 2008 foram fora do casamento; na Islândia, 66%. Na Ásia, a média é 2%. O problema é que a carga a se carregar no casamento é pesada demais para uma asiática, diz a revista. Uma mulher asiática que trabalhe 40 horas semanais tem, em média, mais 30 horas de trabalhos domésticos. Os homens dedicam, em média, 3 horas a esse serviço. Além disso, considera-se que a mulher é responsável pelo cuidado das crianças e também dos idosos da família. Normalmente, a mulher por lá é responsável pelos cuidados do sogro e da sogra. Por isso, muitas asiáticas, principalmente as de alta escolaridade, estão preferindo apostar na carreira.

Aumenta também o que era inaceitável tempos atrás: relacionamento sem casamento, sem filhos e sem compromisso. As taxas de mulheres no mercado de trabalho estão aumentando rapidamente. Na Coreia do Sul, a taxa de mulheres empregadas na faixa dos 20 anos superou a de homens. Com opções e independência financeira, elas impõem os termos: ou a sociedade muda por uma divisão mais igualitária do peso da vida familiar ou elas continuam solteiras. “Por que mudaria

minha vida para preparar sopa de tofu como minha mãe?” disse uma entrevistada à revista.

Na Índia e China, há outro problema: o aborto seletivo que impede o nascimento de meninas. Em 2050, haverá nestes dois países 60 milhões de homens a mais que mulheres em idade de se casar, diz a “Economist”. Já há cálculos mostrando aumento do percentual de homens que não vão conseguir se casar por falta de mulheres na China nas próximas décadas.

O interessante da reportagem é que normalmente as matérias sobre casamento apresentam a versão de que mulheres querem muito se casar e os homens fogem. É como se o casamento fosse um sonho compulsivo feminino. O texto da “Economist”, naquele estilo sóbrio e fundamentado em estatísticas, sustenta o contrário: elas é que estão dizendo não e justamente na sociedade asiática, que, até recentemente, proclamava-se a região do mundo que era superior por ter valores e princípios familiares mais arraigados. A reportagem diz que esses valores eram na verdade a visão conservadora e ultrapassada de que cabe apenas à mulher carregar o peso da renovação da população e ainda ser o amparo dos mais velhos.

“As mulheres estão rejeitando o casamento na Ásia e isso tem sérias implicações sociais”, diz o subtítulo do editorial da revista. “Os governos asiáticos têm há muito tempo a visão de que a superioridade de seus valores familiares era uma das grandes vantagens que tinham em relação ao Ocidente. Isso não está mais garantido. Eles precisam acordar para as profundas mudanças sociais que acontecem em seus países e pensar em como podem enfrentar as consequências”, alerta a “Economist”.

Na visão da revista, é difícil uma política pública acabar com o preconceito que produz essa distribuição desigual dos pesos na família, mas os governos têm algo a fazer. Ela sugere licenças-paternidades, para que homens se envolvam mais com os recém-nascidos e as crianças em crescimento, e subsídio ou oferta de serviços que facilitem o cuidado da criança. Em alguns países europeus e nórdicos, a ideia de licença-maternidade evoluiu para a “licença para cuidar da criança”, que é concedida à pessoa da família que se dispõe a fazer o trabalho. Após o fim do período de amamentação, essa pessoa não tem que ser necessariamente a mãe. Numa nova sociedade, com outros valores, é preciso pensar em novas políticas públicas atualizadas aos novos desafios.

• RIO e SÃO PAULO. O forte incentivo à inovação começa a trazer efeitos colaterais: a parceria entre universidades e empresas em pesquisa esbarra em como dividir royalties e patentes, pondo em posições opostas pesos pesados da indústria e do conhecimento. De um lado, o empreendedor que compra a patente quer gastar o mínimo possível, enquanto, do outro, o inventor quer que sua inovação o leve para o clube dos milionários. Mas a maior parte das universidades, apesar de reconhecer a existência de problemas, prefere manter as disputas no anonimato.

Reginaldo dos Santos, reitor do ITA, considerado por muitos o “MIT brasileiro”, diz que há negociações cada vez mais complexas na hora de se dividir os resultados de algumas pesquisas. E há situações em que as negociações são mais demoradas que o normal.

— O que temos hoje são algumas disputas sobre os pagamentos de royalties com algumas empresas como Embraer, Petrobras e CPFL. Acreditamos em uma negociação amigável — disse. — Esses conflitos de interesses tendem a aumentar com o crescimento das parcerias. Isso é normal, ocorre em muitos países do mundo.

A Embraer afirmou, por meio de sua assessoria, que não comentará o caso, que está em negociação normal com o ITA. Helder Pires Bufarah, gerente da Divisão de Inovação Tecnológica da CPFL Energia, disse que não vê problemas nas negociações com as empresas. Já Carlos Tadeu Fraga, gerente-executivo do Cenpes — unidade da Petrobras responsável por pesquisa e desenvolvimento (P&D) — disse que a política da empresa é transparente e que, no geral, a universidade parte da divisão igualitária na negociação. A estatal destina R\$ 460 milhões ao ano a P&D.

— Posso garantir que isso é um processo de aprendizado inclusivo para a Petrobras. Estamos sempre abertos. Até o momento não recebemos reclamações ou sugestões.

O diretor de Tecnologia e Inovação da Coppe, Segen Estefen, que viu os recursos de parcerias em pesquisa dobrar em cinco anos, diz que há empresários que acreditam que por financiarem uma pesquisa têm o direito de propriedade dos resultados. A

Pouco investimento

EM PESQUISA NO BRASIL (em % do PIB)

	INVESTIMENTO PRIVADO	INVESTIMENTO PÚBLICO
Brasil (2010)	0,57	0,54
Coreia do Sul (2008)	2,46	0,86
Japão (2008)	2,68	0,54
EUA (2008)	1,86	0,75
Cingapura (2008)	1,70	0,80
Alemanha (2007)	1,72	0,70
França (2008)	1,02	0,80
China (2008)	1,10	0,36
Reino Unido (2008)	0,80	0,54
Itália (2007)	0,50	0,52
Rússia (2008)	0,30	0,67
Argentina (2007)	0,15	0,34

Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

solução é fazer bons contratos.

— Temos muita experiência nisso e começamos a divulgar nossa estratégia para outras universidades, como a UFPE.

Unicamp já suspendeu parcerias devido à divisão

Roberto Lotufo, diretor do Inova Unicamp, diz que a instituição já chegou a abortar parcerias com empresas que não aceitaram dividir propriedade. Já aconteceu também o contrário: uma empresa proibida de dividir concedeu 100% de uma patente à Unicamp, que em troca deu outras compensações.

— A negociação tende a ser pior com empresas que não possuem um setor específico de P&D. A boa notícia é que cada vez mais empresas o têm.

A PUC-Rio, lembra o professor José Ricardo Bergman, tem mais de cem contratos de parceria por ano e às vezes essa fonte de recurso gera mais dinheiro que as mensalidades dos alunos.

Mesmo assim, há problemas.

— Isso é um aprendizado, muitas vezes envolve discussões intensas, delicadas, mas sempre chegamos a um acordo. Há empresas, como a Petrobras, que são um pouco leoninas em suas negociações — afirma.

Paulo Ignácio Fonseca de Almeida, da UFSCar, que licenciou mais de 20% de suas patentes — o dobro da média mundial —, quer aumentar o recebimento de recursos. E divide a responsabilidade pelos problemas:

— Não temos um ambiente desenvolvido de inovação no Brasil, nem por parte de empresas e nem de universidades.

Segundo Helena Tenório Veiga de Almeida, do BNDES — que todo ano destina US\$ 200 milhões à inovação sem a necessidade de devolução dos recursos —, o tema é polêmico também em outros países.

— A lei estabelece que a divisão depende dos recursos aportados, mas recurso não é só

dinheiro. Há conhecimento das universidades, dos pesquisadores, muita coisa intangível. As universidades e empresas estão aprendendo a precificar esse conhecimento — aponta.

Brasil é o 47º no ranking global de inovação

Para Isa Assef, presidente da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação, em geral, as empresas levam vantagem quando negociam diretamente com os inventores, porque estão mais acostumadas a barganhar. Assim, muitas instituições de pesquisa deixam a negociação a cargo de intermediários.

— Há muitas disputas, algumas vão parar nos tribunais e outras são discutidas administrativamente. Isso porque um acha que pagou demais e outro acha que recebeu de menos — diz Valter Pieracciani, sócio-fundador da consultoria Pieracciani Desenvolvimento de Empresas.

Luiz Antônio Elias, secretário-executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação — este termo foi acrescido ao nome da pasta neste mandato —, diz que o ambiente para parcerias público-privadas é muito bom. Além disso, há mais recursos, destinados com regras claras.

Segundo Elias, a inovação é uma prioridade no país, que ocupa a 13ª posição mundial na produção científica e apenas a 47ª na lista da inovação. Mas o investimento privado em P&D no Brasil, diz, equivale ao público, enquanto em Japão (cinco vezes), Coreia do Sul (três vezes) e EUA (2,5 vezes) a participação das empresas é muito maior. ■

O GLOBO

MAIS ECONOMIA HOJE NA INTERNET:

oglobo.com.br/economia

VÍDEO: Bolívia explorados no Brasil

FOTOGALERIA: Trabalho que mais parece escravidão no coração de São Paulo

MÍRIAM LEITÃO: Colunista comenta os assuntos da semana economista

Acompanhe a cobertura da Economia no Twitter: twitter.com/OGlobo_Economia

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Ministério da Educação

BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

EDITAL

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação e a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação tomam público, para conhecimento dos interessados, que estarão abertas as inscrições para seleção ao Curso de Mestrado em Comunicação, para o primeiro semestre de 2012.

1. PARTICIPANTES: Portadores de diploma de curso superior reconhecido pelo MEC.
2. PERÍODO E LOCAL DE INSCRIÇÃO: de 15 de agosto a 17 de outubro de 2011, de segunda a sexta-feira, de 14h às 17h, na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Comunicação, Campus Universitário - Martelos - Juiz de Fora - MG.
3. NÚMERO DE VAGAS: até 20 (vinte).
4. INFORMAÇÕES MAIS DETALHADAS: site <http://www.ppgcom.ufjf.br>

Juiz de Fora, 15 de agosto de 2011

Prof. Dr. Fernando Salgueiro Perobelli
Pró-Reitor de Pós-Graduação

Profa. Dra. Iluska Maria da Silva Coutinho
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Ministério da Educação

BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico - SRP N°0033/2011 - Hosp. Universitário

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE REAGENTES E COMODATO DE EQUIPAMENTOS, OS QUAIS REALIZAM EXAMES IMUNOLÓGICOS, HORMONAIS E MARCADORES TUMORAIS, PARA O LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO (HU) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF).

Abertura das Propostas: 13 de SETEMBRO de 2011 às 09:00 horas no site <https://www.comprasnet.gov.br>.

Informações: Gerência de Compras - HU/UFJF - Hospital Universitário da UFJF, Rua Catulo Breviglieri S/N - Santa Catarina - Juiz de Fora - MG. Tel. (32) 4009-5173/5193 Fax (32) 4009-5160, site www.comprasnet.gov.br e e-mail: gercompras.hu@ufjf.edu.br.

Armando Rodrigues de Araújo
Pregoeiro do Hospital Universitário da UFJF
Portaria N°029 de 02 de Maio de 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Ministério da Educação

BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico - SRP n° 0034/2011 - Hosp. Universitário

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE REAGENTES E COMODATO DE EQUIPAMENTOS AUTOMATIZADOS PARA EXAMES DE COAGULAÇÃO, CAPAZES DE REALIZAR A ROTINA DE TESTES DE COAGULAÇÃO COM PLASMA CITRATADO, PARA UTILIZAÇÃO NO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO (HU) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF).

Abertura das Propostas: 14 de SETEMBRO de 2011 às 09:00 horas no site <https://www.comprasnet.gov.br>.

Informações: Gerência de Compras - HU/UFJF - Hospital Universitário da UFJF, Rua Catulo Breviglieri S/N - Santa Catarina - Juiz de Fora - MG. Tel. (32) 4009-5173/5193 Fax (32) 4009-5160, site www.comprasnet.gov.br e e-mail: gercompras.hu@ufjf.edu.br.

Armando Rodrigues de Araújo
Pregoeiro do Hospital Universitário da UFJF
Portaria N°029 de 02 de Maio de 2011